

FOTOGRAFIAS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA DITADURA MILITAR EM SANTA CATARINA

Gabriela Buffon, Luzia Renata Yamazaki

INTRODUÇÃO

Entre 1964 a 1985, nosso país experienciou uma ditadura civil-militar marcada pela violações de direitos humanos, pela censura e a repressão. Em Santa Catarina, segundo a Comissão da Verdade Paulo Stuart Wright formada em 2013, 580 pessoas foram presas, dentre estas muitas torturadas e desaparecidas. Diferentes operações foram organizadas em território catarinense visando a perseguição de opositores do regime, como a Operação Barriga Verde que resultou na prisão de mais de 40 pessoas. Entretanto, apesar da centralidade desse período para a história do nosso estado, a memória visual desse período permanece fragmentada. Nosso estado sediou uma intensa mobilização do setor popular na luta pela redemocratização, marcada pelo apagamento estratégico das figuras e movimentos que encabeçavam essa luta e constituíram um campo de resistência ao regime. Um dos fatores que contribuíram com esse apagamento era a instrumentalização da censura, impedindo a circulação de informações e a destruição de registros. Além disso, dispositivos fotográficos não eram acessíveis para o todo da população, o que tornava a produção de imagens restrita a determinados setores.

Diante deste contexto, o projeto tem por objetivo resgatar registros fotográficos a fim de reconstruir contra-narrativas visuais que escapam à política implementada pelo regime hegemônico da época, a partir de imagens existentes do período. Com o material coletado, seriam construídos materiais pedagógicos e um fotolivro, para circulação na comunidade e em ambientes educativos. Foi escolhido o formato do fotolivro pensando que este possui uma configuração que, através da possibilidade artístico-poética, foge da linguagem acadêmica tradicional e pode tornar o conteúdo mais acessível.

A importância da presente pesquisa relaciona-se às recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), bem como, da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina (CEV-SC), que tem o intuito de prevenir graves violações de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado democrático de direito. Aqui, buscamos colaborar com a organização de materiais sobre a ditadura no nosso país e em Santa Catarina, que é de fundamental importância para a promoção de valores democráticos e de direitos humanos, que devem estar alicerçados na nossa sociedade de forma que incentivem o respeito à democracia e à diversidade cultural.

DESENVOLVIMENTO

Visando o objetivo do projeto, foi iniciada uma busca por fotografias em arquivos pessoais e familiares, assim como arquivos públicos de Florianópolis e repositórios disponíveis virtualmente. Dentre os arquivos consultados, investigou-se com maior profundidade o acervo da Casa da Memória, localizada no centro de Florianópolis, o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e o Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, que contam com consulta online. Além disso, buscou-se iniciativas voltadas à preservação da memória e defesa de direitos humanos como o IMDH-UFSC (Instituto Memória e Direitos Humanos).

Desde o princípio, encontramos dificuldades em encontrar registros do período em arquivos públicos. Dentre os arquivos consultados, sejam virtuais ou presenciais, era visível a ausência de imagens e de descrição dos materiais, sobretudo registros elaborados sob uma

perspectiva não oficial e crítica ao regime. Ao tentar mapear arquivos pessoais e familiares, enfrentamos dificuldades com a desconfiança e falta de abertura para compartilhar materiais. Acredita-se que isso ocorreu como consequência da perseguição vivida no período, o que torna compartilhar esses registros algo sensível. Entretanto, acredita-se que também decorre da falta de políticas de preservação desse tipo de materiais, em que muitos projetos que realizam esse tipo de serviço o fazem de maneira independente ou sem apoio estatal, necessitando estabelecer uma relação de confiança prévia entre as partes. Essa questão perpassa diretamente a falta de espaços de memória e a ausência de políticas públicas no que tange às reivindicações por memória, verdade e justiça.

A partir de mapeamentos e buscas realizadas, surgiu a oportunidade de firmar uma parceria entre o projeto e o Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para realizar o tratamento, digitalização e análise de um corpus documental recentemente doado ao Instituto composto por 120 tiras de negativos de Dario de Almeida Prado Junior, um dos chamados “fotojornalistas da resistência”. Eram conhecidos desta forma fotógrafos que militavam ativamente junto dos movimentos sociais e estudantis do período e fotografaram esses ambientes e mobilizações. Ou seja, imagens construídas a partir de uma perspectiva contrária ao regime, testemunhando “por dentro” dos movimentos de resistência do nosso estado.

RESULTADOS

Ao fazer o tratamento e digitalização dos negativos, constatou-se que o arquivo contava com registros nunca antes digitalizados de episódios como a Novembrada, a fuga e acampamento de estudantes perseguidos pela ditadura após a Novembrada, os congressos de reativação da UNE e UCE, dentre outros eventos históricos importantíssimos. Ou seja, um arquivo com fotografias inéditas que pode lançar luzes sobre um processo histórico ainda pouco elucidado e contribuir com novas descobertas sobre o período.

Destaca-se a importância da parceria firmada entre o projeto e o IMDH/UFSC: o projeto possibilitou a retomada das movimentações para restabelecer a parceria entre as universidades UFSC e UDESC que foi encerrada nos últimos anos, o que permite a ampliação de cooperação entre ambas as universidades. Além disso, atualmente o IMDH não possui estrutura para realizar a digitalização de materiais fotográficos como negativos, fazendo com que essa parceria seja essencial para a disponibilização desse material para a sociedade e fortalecendo o papel da universidade pública voltada às políticas de preservação da memória.

Até o momento, o conjunto de negativos de Dario foi digitalizado, resultando em um conjunto de 660 imagens. Foi iniciado o processo de descrição das imagens junto ao fotógrafo, buscando elucidar os eventos registrados e identificar pessoas envolvidas. Ao fim desse processo, as imagens serão disponibilizadas no repositório do IMDH e do grupo de pesquisa Articulações Poéticas/CNPq e LIFE /UDESC (Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores) e será dado seguimento à construção do fotolivro e dos materiais educativos.

A dificuldade de encontrar registros em arquivos públicos e familiares alterou o cronograma do projeto, assim como o andamento da pesquisa abriu novas possibilidades para o desenvolvimento dos seus objetivos. Com a abertura do edital da Política Nacional Aldir Blanc, fizemos a inscrição do projeto prevendo a organização, impressão e distribuição gratuita de fotolivros, entendendo que a aprovação no edital contribuiria com os objetivos do projeto de circulação desse material na comunidade. Além disso, a partir do exemplo e cuidado do trabalho executado, foi firmada uma parceria também para a digitalização do arquivo de Celso Martins, outro “fotojornalista da resistência”, que será cedido por Margaret Grando, companheira de Celso e

militante histórica do período. Tal parceria permitirá a ampliação e continuidade do projeto, assim como de seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a partir do trabalho desenvolvido pelo projeto nos aproximamos do objetivo de contribuir com o resgate de fotografias a fim de formar uma contra-narrativa visual contrária à política promovida pelo regime ditatorial instaurado no nosso país entre 1964 e 1985, reforçando a defesa dos pilares de memória, verdade, justiça e reparação. Isso ocorreu através da digitalização de 120 tiras de negativos de um arquivo recém resgatado, correspondendo a 660 imagens de acontecimentos importantíssimos da história do nosso estado como a Novembrada, a reativação de entidades proibidas pela ditadura, dentre outros acontecimentos. Acredita-se que estes registros são fundamentais para elucidar parte da história do nosso estado, além de preservar a memória e retornar a produção artística e histórica para a sociedade de forma que fortaleça valores vinculados à democracia e a defesa dos direitos humanos.

Além disso, ocorreu o fortalecimento do trabalho entre as duas universidades, o que contribui para a defesa da pesquisa e da educação pública no nosso estado. Acredita-se também que o presente projeto possa colaborar para a criação de espaços de memória e arquivos públicos voltados ao tema da ditadura em Santa Catarina. Por fim, pretende-se seguir com a pesquisa, mapeando arquivos relativos ao tema, entendendo a importância e centralidade do projeto, e que a recuperação de um único arquivo não é suficiente para corroborar com os objetivos aqui listados.

Palavras-chave: Arquivo fotográfico; Ditadura Militar; Santa Catarina; Memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AURAS, M. Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil-militar. 1ª ed. Florianópolis – SC: Editora UFSC, 2022.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. (org.). Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- FLUSSER, Vilém. Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2019.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real (tradução de Patrícia Carmelino e Vera Casa Nova). In: Revista Pós. Escola de Belas Artes. Universidade Federal de Minas Gerais. Vol 2, ed.nr.4, 2012. _____. Quando as imagens tomam posição O olho da história, I. (tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão) Minas Gerais: UFMG, 1ª ed., 2017.